



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

<b>COMISSÃO EXTERNA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO</b>			
<b>EVENTO:</b> Audiência Pública	<b>REUNIÃO Nº:</b> 0222/15	<b>DATA:</b> 07/04/2015	
<b>LOCAL:</b> Plenário 15 das Comissões	<b>INÍCIO:</b> 14h51min	<b>TÉRMINO:</b> 16h17min	<b>PÁGINAS:</b> 30

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

**EDISON RIBEIRO** - Superintendente de Políticas e Planejamento Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia.

**SUMÁRIO**

Apresentação do Plano de Integração de Bacias e sobre o estágio em que se encontram os eixos da obra de transposição nos Estados de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.

**OBSERVAÇÕES**



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª reunião ordinária da Comissão Externa destinada a acompanhar as obras do projeto de integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste setentrional, popularmente conhecidas como transposição de águas do Rio São Francisco, bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Encontra-se à disposição dos Srs. Parlamentares cópia da ata 50ª reunião, realizada no dia 31 de março deste ano. Há necessidade de leitura da ata?

**O SR. DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA** - Peço dispensa da leitura da ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Não havendo discordância entre os Parlamentares presentes, fica dispensada a leitura da ata a pedido do Deputado Rômulo Gouveia, Relator.

Não havendo quem queira discutir a ata, coloco-a em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunico aos Srs. Parlamentares o recebimento do Ofício nº 36, de 2015, justificando a ausência do Deputado Odorico Monteiro nas reuniões desta Comissão realizadas nos dias 30 de março e 1º de abril, haja vista a participação do Parlamentar em missão oficial da Casa.

Ordem do Dia.

Esta reunião foi convocada para a realização de audiência pública para a apresentação do plano de integração de bacias e o estágio em que se encontram os eixos da obra de transposição nos Estados de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, atendendo ao requerimento nº 2, de 2015, de nossa autoria.

Esclareço que a Secretária de Recursos Hídricos de Pernambuco encaminhou *e-mail* informando-nos da impossibilidade da presença do Sr. José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos de Pernambuco.

Para compor a Mesa, convido o Sr. Edison Ribeiro, Superintendente de Políticas Ambientais do Estado da Bahia, representando o Secretário de Meio Ambiente do Estado.



Comunico aos Srs. Parlamentares que a Dra. Maria de Fátima Chagas Dias Coelho, Diretora-Geral do IGAM — Instituto Mineiro de Gestão de Água, representante do Secretário de Estado do Meio Ambiente de Minas Gerais, telefonou-me há cerca de 1 hora comunicando-me que estava em Minas Gerais em virtude do atraso da aeronave que faria o deslocamento para o Distrito Federal. Vamos reagendar o convite à Dra. Maria de Fátima.

Antes de passar a palavra ao Dr. Edison Ribeiro, peço autorização para que tudo o que for aqui exposto seja devidamente reconhecido como documento desta Casa.

O Dr. Edison Ribeiro disporá de 20 minutos para fazer a sua exposição, sem possibilidade de aparte. Serão permitidas a réplica e a tréplica pelo prazo de 3 minutos. A lista de inscrição será posteriormente disponibilizada aos Srs. Parlamentares.

O debate com a Bahia tem o objetivo de ouvirmos, dentro do que foi programado pela Comissão, quais são as ações que estão sendo desenvolvidas no Estado da Bahia. Efetivamente, o que o Ministério da Integração Nacional e o Ministério do Meio Ambiente e os órgãos responsáveis pelo saneamento, como no caso da FUNASA, do Ministério das Cidades, quais são as ações efetivas que já estão acontecendo na Bahia, a fim de podermos, ao concluir os debates com os Estados, saber em que estágio se encontram as ações realizadas pelo Governo Federal e as ações realizadas pelos Estados, inclusive com a perspectiva de vermos se a vazão apresentada pela ANA, de 26 metros cúbicos por segundo, atende à demanda de todos os Estados que serão contemplados com a transposição de águas do Rio São Francisco.

Passo a palavra ao Superintendente de Políticas e Planejamento Ambiental, representando a Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia, Dr. Edison Ribeiro.

**O SR. EDISON RIBEIRO** - Boa tarde, senhoras e senhores. De modo especial, cumprimento o Coordenador desta importante Comissão Externa que trata das questões da transposição de águas do Rio São Francisco e do projeto de revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.



Como já dito, eu estou hoje Superintendente de Políticas de Planejamento Ambiental e Atribuição de Recursos Hídricos do Governo da Bahia. Em nome do Governador Rui Costa e do Secretário Eugênio Spengler, saúdo a Mesa e esta Plenária, conforme a pauta que nos foi proposta.

Quero, inicialmente, fazer um registro. Não é desculpa, mas eu estava em viagem ainda da Semana Santa, até o dia 2 estávamos acompanhando as plenárias e os comitês baianos. Por esse motivo, eu não trouxe, neste momento, uma apresentação detalhada com informações do Estado da Bahia. Mas me sinto à vontade, até porque participei desse processo desde o início, em 2000, quando se criou o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Em 2003 nós tomamos posse, ainda no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Em 2003, na continuidade do ano, houve a eleição da primeira Diretoria do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Eu participei daquela primeira diretoria, representando a sociedade civil, no segmento organização não governamental da Bahia.

Passamos 2 anos na elaboração do Plano da Bacia, o Plano Diretor de Recursos Hídricos. Na aprovação do plano, em 2005, foi quando se suscitou o conflito da transposição ou do uso externo de água para atender ao eixo de integração, assim como é, oficialmente, pelo Ministério da Integração ou os Ministérios envolvidos. O conflito suscitou mais 6 meses. Então, prorrogou-se por mais 6 meses a partir da aprovação do plano, e nós só tivemos em 2006 a aprovação do Plano Decenal Diretor de Recursos Hídricos do São Francisco, que hoje, inclusive, está no processo de atualização; nós estamos tendo as oficinas e as audiências de atualização do Plano Decenal Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do São Francisco.

Dito isso, devo informar a todos que, ainda em 2007, o Governador Jaques Wagner instituiu um grupo de trabalho para analisar os impactos ou a viabilidade do projeto de transposição de águas do São Francisco, compreendendo o Estado da Bahia, que tinha, no início do projeto, a demanda de instituir ou de instalar o chamado Eixo Sul Baiano. E, no projeto original, aprovado pelo Ministério, no conjunto do Governo Federal, o Eixo Sul Baiano deixou de compor o projeto de transposição. Com a continuidade, permaneceram o Eixo Norte e o Eixo Leste na



margem esquerda do São Francisco. Mas, mesmo não permanecendo como prioritário, o relatório concluiu oficializando que o Governo da Bahia requeria ao Governo Federal maiores estudos, maior aprofundamento da viabilidade e da sustentabilidade da transposição de águas do São Francisco.

Tendo em vista o nível de degradação da bacia, pelo alto índice de assoreamento, hoje, na calha do rio, praticamente, em números aproximados, de 80% a 85% das margens do rio, as matas ciliares, estão todas degradadas. Até porque é do conhecimento das senhoras e dos senhores que, desde 1501, o processo de invasão ou de ocupação do território brasileiro também se deu pelo São Francisco. Portanto, o rio tem esse nome porque os portugueses descobriram que, no dia 4 de outubro deixavam de navegar em águas marinhas para navegar em águas continentais.

Diante desse contexto, o Governo da Bahia, à época, remetia ao Governo Federal para aprofundar os estudos. E, mais, como estamos tratando da Comissão da revitalização e da transposição, nós precisaríamos de um amplo processo de revitalização da bacia para termos a segurança de que o eixo da transposição seria viabilizado.

De lá para cá, passados 10 anos, foram aprovados os projetos de transposição e de revitalização e tivemos o componente saneamento como principal componente do projeto de revitalização. Digo aos senhores com conhecimento: foi muito mais pela disponibilidade de projetos de que as empresas de saneamento dispunham naquele momento, não foi por estudos. Não foram os estudos da bacia que apontaram que o saneamento deveria ser o primeiro, o mais importante. Mas não deixa de ser, porque se temos água comprometida em qualidade é porque os nossos Municípios da calha do São Francisco, todos, em 2006, 2007, 2008, jogavam esgoto, praticamente, no rio. Inclusive, a nossa capital, Belo Horizonte — que podemos chamar de Capital do São Francisco —, hoje tem aproximadamente 60%, pelos números do Governo mineiro, do sistema de esgotamento sanitário de Belo Horizonte tratado. Essa foi uma das principais ações do programa de revitalização.

Mais focado na transposição, o grande questionamento que o Governo da Bahia fazia naquele momento era se a situação da vazão que Sobradinho regula — chamada vazão regularizada, de 1.850 metros por segundo, compreendendo que a



vazão ecológica seria de 1.300 metros por segundo, ao encontro do oceano Atlântico, que é a do Baixo, e a subtração dessas duas vazões, tudo que seria para a transposição, para os complexos de Itaparica e Paulo Afonso, para a geração de energia —, se, diante do nível em que se encontrava o rio naquele momento, situação hoje agravada, teríamos garantias reais dos 26 metros cúbicos disponíveis para a transposição.

Outra questão fundamental a se discutir seria a ocupação das terras próximas ou marginais ao canal de transposição.

É do conhecimento das senhoras e dos senhores que o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Integração, principalmente o Ministério da Integração, manifestavam uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário para fazer a ocupação das áreas através de assentamento da reforma agrária. O Governo da Bahia, na época, questionava, porque o processo de ocupação da reforma agrária é uma vontade dos trabalhadores e das trabalhadoras e uma obrigação do Estado brasileiro. Então, não significa que aquelas áreas eram apropriadas para reforma agrária, e não significa que os movimentos sem terra, todos os “m”, elegeriam aquelas áreas como estratégicas. Então, nessa complexidade, o Governo da Bahia entendia que nós precisávamos de um amplo programa de revitalização e rever os estudos de viabilidade e sustentabilidade da transposição.

Hoje nós nos encontramos em outro cenário não favorável, mais do que o de 2007-2010, mas talvez mais crítico. Todos nós sabemos da importância do São Francisco para o Nordeste e para o Brasil: se não é a bacia nacional mais importante, é uma delas. Nós temos 12 a 14, e os números não fecham, mas nós somos um país rico em água potável. Apenas 3% da água potável brasileira estão no Nordeste. Desses 3%, totalizados 100%, o São Francisco significa 75%. Digo isso para os senhores entenderem a importância desse rio para o Nordeste, para o desenvolvimento do Nordeste.

E o objetivo da transposição é promover o desenvolvimento econômico do Nordeste numa perspectiva de 20 a 30 anos. Nessa perspectiva, o Governo da Bahia remete mais uma vez ao Ministério da Integração para realizar os estudos de viabilidade do Projeto Eixo Sul, hoje conhecido e titulado como Canal do Sertão Baiano. Não sei se há alguns alagoanos aqui, mas nós temos hoje o Canal do



Sertão Alagoano em desenvolvimento bastante avançado, que também é um canal de integração.

E agora o Governo da Bahia, junto ao Ministério da Integração e a CODEVASF — Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, está realizando os estudos de viabilidade, numa fase já bem avançada, para a implantação de mais um eixo de integração de transposição do São Francisco, que é o nosso antigo Eixo Sul baiano, como já falei, o Canal do Sertão Baiano.

Esse canal vai derivar em dois pontos de captação. Um seria por dentro do Lago de Sobradinho, diretamente no lago, e o segundo estudo está indicando, provavelmente é o mais viável, através do projeto de irrigação do Salitre. O Salitre tem uma tomada de água que vai atender mais de 30 mil hectares irrigados, e tem um eixo de adutora que seria suficiente para ser a derivação para abastecimento do Canal do Sertão Baiano.

Até o momento a GEOHIDRO está fazendo os estudos, está apontando como o eixo mais viável porque não precisaríamos fazer investimento na derrocagem no ponto de captação, porém tem uma reivindicação: o Comitê da Bacia do Salitre, um rio estadual, contribuinte do São Francisco na reunião do Submédio, reivindica o ponto de captação dentro do Lago de Sobradinho, o que atenderia mais a montante à Bacia do Salitre, os chamados salitreiros.

Parece-me que, pelo menos, os estudos estão indicando que essa captação não seria mais viável e, sim, como já disse para os senhores, a tomada d'água do Projeto Salitre.

Devo também informar que nós estamos falando de eixo de integração, mas nós temos grandes projetos de irrigação, como já foi anunciado pela Presidente Dilma no Governo anterior, o Mais Irrigação, que é a integração de grandes projetos no Nordeste tendo em vista a questão do álcool etanol do Sudeste. O Nordeste ficaria com uma sazonalidade muito grande na manutenção do equilíbrio dessa produção nacional.

Então, o Baixio de Irecê, da minha cidade de Xique-Xique, está previsto para o dia 16, com o Governador Rui Costa, o Ministro da Integração e outras autoridades



federais e estadual, que deverão estar naquela localidade lançando a primeira etapa de implantação do Baixo de Irecê, que pretende irrigar em torno de 54 mil hectares.

E o Salitre, como eu já disse, mais o eixo da integração, que não é só água para abastecimento humano e dessedentação de animais, por mais que seja prioridade institucional legal em situação de escassez o uso preponderante e prioritário.

Eu me comprometo a enviar esses dados oficiais com os estudos de viabilidade do Projeto Canal do Sertão Baiano.

No contexto da revitalização nós temos uma situação que é o nível de assoreamento do rio. Não podemos deixar — esta Casa Legislativa, o Poder Executivo e todas as instituições públicas e privadas e da sociedade civil da Bacia — de reforçar a necessidade de um amplo processo de revitalização da Bacia.

Dragagem não é eficiente em lugar nenhum; não foi no Nilo foi e não vai ser no São Francisco, mas é necessária, pelo nível de acúmulo de areia e arenito na calha do rio.

Nós tivemos, em 2014, aproximadamente dez Municípios a montante do reservatório de Sobradinho. Inclusive Sento Sé e Xique-Xique estão a montante, estão na borda do reservatório. Nós tivemos sistemas municipais colapsados ou colapsando pela questão do assoreamento. A cidade de Xique-Xique, por exemplo, tem um canal de aproximação, como nós conhecemos, um braço secundário de aproximadamente 6 quilômetros, que dá acesso à cidade, em que grandes embarcações atracavam, como as de hoje, que continuam lá atracando, e nós estivemos por mais de 4 meses interditados, literalmente, porque quase secou. Não secou porque se derramava um copo d'água e se via que estava drenando ali uma água com menos de 10 centímetros de profundidade.

Os Municípios de Paramirim e de Paratinga também tiveram seu canal secundário seco, comprometendo o sistema de captação. No Município de Ibotirama — os senhores viram passar as imagens —, praticamente se passava a pé debaixo da ponte, a ponte que liga todo esse Sertão, o Norte com o Centro-Oeste, no Município de Ibotirama.





Serra do Ramalho, que eram as agrovilas, também teve o seu sistema impossibilitado de entroncar água doce nas suas agrovilas, porque também o ponto de captação estava assoreado.

Pirapora — quem não acompanhou —, que tinha um sistema por gravidade, teve que implantar um sistema de captação, gerando alto impacto naquele Município para o gestor, para a comunidade. Eu conheço, estive lá em várias reuniões nossas do Comitê e estou conhecendo.

Então, só para citar algumas das cidades ribeirinhas, compreendendo os dois lagos de regulação: Três Marias, em Minas Gerais; e Sobradinho, na Bahia e Pernambuco.

Então, é nesse contexto que nós estamos e é nesse contexto que esta Casa Legislativa deve se debruçar para definir quem tem dotação orçamentária, para que revisemos agora, no Plano Decenal da Bacia, a valoração ambiental, porque se 7 bilhões era o orçamento para a revitalização, já se está mais do que fartamente sabido que não é suficiente nem para implantar o sistema de esgotamento sanitário nessas cidades. Imaginem compreendendo a Bacia.

Nós temos também que trabalhar na perspectiva da governança das águas, fortalecer os colegiados, os comitês de bacia. Na Bahia nós nos encontramos, no momento, em dificuldade, mas estamos num plano agora, num planejamento para o fortalecimento desses colegiados, comitês, implementação e elaboração dos planos de bacias dos rios estaduais. Estamos com diálogo com a ANA, com a Agência Peixe Vivo, com o Comitê da Bacia do São Francisco, para viabilizar a criação dos comitês da Bacia dos rios afluentes do São Francisco, bem como a elaboração e implementação dos seus planos.

Temos o caso do Carinhanha, Bahia e Minas Gerais. Ainda precisamos criar e organizar o comitê no lado baiano.

Temos o Verde Grande, Bahia e Minas Gerais, mas já com um processo bastante acumulado de gestão, inclusive ao nível do São Francisco.

E temos outros rios. Na Bahia ela se divide em duas macrorregiões hidrográficas: a região do São Francisco, aproximadamente 60% do território, 56% a 57%, e a Macrorregião do Atlântico Leste. Nós temos 14 comitês existentes hoje; 7 em planos contratados, em curso; 2 na fase final de contratação; e pretendemos —



é uma meta, um compromisso do Governo com o Fórum Baiano dos Comitês — instituir, elaborar e implementar todos os planos dos 14 comitês até o fim do Governo atual, em 2018.

O tema transversaliza as duas áreas e nós compreendemos sempre que a transposição dialoga com a revitalização, e não queremos que seja moeda de troca, porque em muito do tempo do debate acalorado com o Ministério da Integração havia muito esse discurso de que nós teríamos que ceder a transposição para barganhar a revitalização.

O Governo da Bahia entende que a transposição é necessária. Nós não temos como não afirmar que temos escassez de água, e hoje não é mais só no Nordeste setentrional. O Sudoeste do País está ensinando, talvez a mídia. Os nordestinos já afirmavam e já criavam condições de convivência, mas a mídia nunca nos via. Mas hoje, com o colapso de gestão, afirmo eu — se estiver errado, assumo —, o nosso problema, não só de São Paulo, mas do Brasil, é de gestão de recursos hídricos. E eu, como Superintendente de Recursos Hídricos e Planejamento Ambiental, assumo a nossa parte e, ao mesmo tempo, me comprometo, como beiradeiro que sou, a fazer melhor gestão dos nossos recursos hídricos, porque assim nós teremos não só água, mas nossos recursos naturais, nossas bacias, com as nossas nascentes, com os nossos aquíferos.

E, falando em aquífero — acho que o meu tempo já se foi —, nós temos o Urucuia, em Tocantins, Goiás, Distrito Federal, Bahia, Minas Gerais, Piauí, cinco ou seis Estados, que é quem, de fato, alimenta o São Francisco de julho até novembro com mais de 80% da sua vazão.

Então, nós precisamos estudar muito. A ANA está num esforço grande de fazer esse estudo dos aquíferos. E o Urucuia, para o Nordeste, porque nós estamos falando da contribuição dele para o São Francisco, é um dos nossos mais importantes.

Então, é um pouco dessa nossa mensagem aqui, neste debate, e, como já disse antes, e repito, comprometo-me a encaminhar a esta Casa, a esta Comissão esses dados que nós estamos discutindo aqui e nos colocamos à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Nós queremos agradecer ao nosso Secretário Edison Ribeiro. Quando a Comissão decidiu ouvir os



Secretários, foi para podermos ter a noção real do que efetivamente está acontecendo. A presença aqui do Ministro, dos órgãos federais é para nos apresentarem suas ações. E nós observamos que há esse descompasso entre o que é apresentado e o que efetivamente os Estados e os Municípios estão planejando e vendo em relação a essa falta de priorização de um calendário de ações concretas.

Eu vou fazer uma indagação. Se não for possível afirmar agora, é importante nós termos a resposta, mesmo em outro momento. Nós tínhamos três eixos. Na época, o Canal do Sertão Baiano não foi priorizado. Diante do que a ANA disponibilizou hoje, diante do fato de que a CHESF, as hidrelétricas precisam de água, no momento em que o Governo baiano oficializar o Canal do Sertão Baiano, que é o Eixo Sul, indago se essa vazão vai garantir isso.

Há outra questão na qual precisamos também ter clareza — e o Deputado Gonzaga Patriota é defensor do Tocantins —: sistematicamente os Estados estão projetando água para irrigação, água para o desenvolvimento industrial, e foi taxativamente dito pelo Ministro da Integração e pela ANA que essa vazão não vai garantir, no caso do Canal do Sertão Baiano, o projeto de irrigação de 30 mil hectares; no Baixio de Irecê, 50 mil hectares de irrigação. Então, há um descompasso entre o que os Governadores estão planejando, projetando e o que será ofertado ao se concluir essa obra. E a Comissão vai ter que fazer esse pacto de diálogo com os Estados a fim de que nós possamos novamente, depois de dialogarmos com o Ministro da Integração, rever as entidades. Por isso a presença da FUNASA e a presença do Ministério das Cidades aqui. Há um descompasso também em relação à parte do saneamento. Observa-se que, em determinados Municípios de Minas, o saneamento já está acontecendo. O Dr. Edison afirmou que, no início, até mesmo Belo Horizonte depositava seus dejetos no São Francisco. Creio que alguns dos senhores assistiram a matéria que saiu domingo, na televisão. Nós observamos a repórter andando no São Francisco e dizendo que, naquele trecho onde ela estava, anteriormente, havia uma profundidade de 8 metros. Ela estava fazendo a reportagem andando no trecho que, anteriormente, era de 8 metros de profundidade.



Então, esta Comissão precisa debater sobre isso. É de suma valia para o nosso relatório final o envio desses dados e o que o Estado também está prospectando de projetos estruturantes, para podermos fazer toda essa pactuação.

Quero registrar também que é de suma importância aqui a presença do Vereador de Pirapora Dalton Soares de Figueiredo. A partir da Deputada Raquel Muniz, nós iremos fazer um seminário na região, para aprofundar o debate e ver mais de perto toda essa problemática.

Vamos já prosseguir com os debates e dar a palavra aos oradores inscritos. Concedo a palavra ao Deputado Macedo, do nosso Estado Ceará, para fazer as indagações e fortalecer o nosso debate e esta Comissão.

**O SR. DEPUTADO MACEDO** - Boa tarde. Quero saudar o nosso Presidente Raimundo Gomes de Matos, o nosso Relator Rômulo Gouveia, agradecer pela presença ao nosso Superintendente Edison Ribeiro.

Farei algumas ponderações em relação ao que ouvi aqui sobre o eixo Sul, que beneficiaria a Bahia.

O projeto de transposição de águas do Rio São Francisco inicialmente foi concebido para o abastecimento humano. Quando se falou que a captação do Canal do Sertão Baiano seria a partir do Salitre, chamado antigamente como Salitrão, que era o maior projeto de implantação da margem direita do São Francisco, inicialmente para 8 mil hectares, na primeira etapa, para chegar até 30 mil. Preocupou-me isso da seguinte maneira: se vai captar pelo Salitre, que é um projeto tipicamente de irrigação, onde é que fica o abastecimento humano, já que o Salitre, no final, encontra com o Tourão, que é um projeto antigo de mil novecentos e setenta e pouco, que já está todo concluído e a CODEVASF — Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba já passou a administração?

Outra pergunta: se a captação será no Salitre, que é depois de Sobradinho, de onde sai o controle da vazão outorgada para o São Francisco; se a captação for anterior, entra na conta de outorga ou não? Vamos analisar essa pergunta. Se temos 26 metros cúbicos hoje para transposição, que no projeto inicial não são 26, 26 seriam só para ao eixo leste. O eixo norte, se não me engano, que é o que beneficia o nosso Estado, é 69 ou 79, não me lembro bem do número, então



teríamos algo em torno 100 metros cúbicos por segundo, só para nossa transposição.

Em relação ao Canal do Sertão Baiano, ele falou bem que ele é de Xique-Xique, não é?

**O SR. EDISON RIBEIRO** - Exato

**O SR. DEPUTADO MACEDO** - Há o Projeto Baixio de Irecê, sobre o qual ele falou, com alguns mil hectares em implantação.

**O SR. EDISON RIBEIRO** - Cinquenta e seis.

**O SR. DEPUTADO MACEDO** - Cinquenta e seis. Já estão implantados? Porque esse Baixio de Irecê é um projeto antigo, do tempo do Presidente Sarney, quando lançou o grande Programa Nacional de Irrigação, com o qual disse que irrigaria 1 milhão de hectares.

**O SR. EDISON RIBEIRO** - Mais ainda.

**O SR. DEPUTADO MACEDO** - Então era um projeto para ser implantado a longo prazo, acho que em sete etapas, se não me engano. A primeira, tenho certeza, foi implantada; a segunda, acho que sim; e não sei se a terceira etapa entrou. Então, o Baixio de Irecê era um projeto para 100 mil hectares; o Salitre, para 30 mil hectares.

Mas tudo isso, Presidente Raimundo Gomes de Matos, eram captações a montante de Sobradinho, e o nosso caso é a jusante de Sobradinho. Então, temos de refazer essa conta e saber o que vamos usar para a transposição. As captações a montante não entram na nossa conta, senão comprometem o nosso projeto.

Eu queria que isso fosse esclarecido nas nossas próximas reuniões. Agradeço a presença.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - É importantíssima a participação do Deputado Macedo, porque não deixam de ser uma preocupação de todos nós essa compatibilização do que está sendo projetado e a compatibilização do que os Estados estão propondo. A participação do Deputado Macedo contribui muito para os debates desta Comissão.

Passo a palavra ao nosso grande defensor de Pernambuco, Deputado Gonzaga Patriota.



**O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA** - Sr. Presidente, Deputado Raimundo Gomes de Matos, Presidente agora Rômulo Gouveia, que está assumindo a Presidência, quero cumprimentar o Superintendente Edison, o Vereador de Pirapora e nossos queridos Deputados.

Vou ater-me a um projeto que tenho já tramitando aqui há quase 30 anos. Apresentei-o em 1988, depois eu o reapresentei em 1995 e em 2013. A minha mãe dizia que “não há mal que não traga um bem”. Essa seca de São Paulo agora o trouxe à tona. Ele trata exatamente da integração do Rio Tocantins com o São Francisco. Quando eu o apresentei a primeira vez, nós já tínhamos, e a Deputada conhece bem ali, naquela região do Rio Preto, uma navegação Rio Preto - Rio Grande. Nós fizemos um levantamento, e o então Presidente Lula nomeou uma Comissão, cujo Presidente era José Alencar, o vice-Presidente da República, que teve muito interesse e fez um trabalho extraordinário. Esse projeto, Deputado Rômulo Gouveia, parou, não caminhou mais. Agora, com essa seca de São Paulo, principalmente, os meios de comunicação levantaram esse projeto. Atualmente é o Projeto de Lei nº 6.569, de 2013.

Tenho conversado com o Relator, que é paraibano, para ver se sai o relatório. O projeto inclui, no Plano Nacional de Viação, a navegação do Rio Tocantins com o Rio São Francisco. Mas, quando fiz isso, eu não estava muito atrás de navio, de transporte, em que pese ter sido ferroviário. Acho importante transportar produtos do Porto de Suape pelo São Francisco, pelo Tocantins para Amazônia, como também do Porto de Pecém, do Ceará, da Bahia, do porto de V.Exa., lá de Alagoinhas.

Apresentei esse projeto porque moro há quarenta e tantos anos às margens do Rio São Francisco e, a cada dia, sinto meu coração partir quando vejo o rio secando. Na frente da nossa casa, ninguém via uma pedra; ontem, vi uma jornalista passando de um lado para outro da nossa casa para a Ilha de Massangano. Quando chegar lá, vou fazer a pé aquele trajeto que eu antes fazia num barco, que nunca mais botei no rio.

Eu gostaria que V.Sa. incluísse — e não precisa responder nada — o nosso projeto, para o qual apenas peço o apoio do nosso Governador Rui, que o conhece, pois foi Deputado conosco aqui. Eu gostaria de receber o apoio da Presidente da República, para que levantemos isso e que o projeto caminhe.



Agora mesmo, vamos ter em Petrolina 100 mil trabalhadores desempregados por falta d'água. O lago de Sobradinho tem menos de 20% da sua capacidade. Eu quase que brigo com meu querido Padre, o Bispo D. Cappio, do futuro Estado do Rio São Francisco, quando ele fez aquela greve de fome. *“Não, Bispo, vamos botar esse tiquinho d'água lá para Pernambuco, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, e depois o Canal Sul também para a Bahia”*. Agora, não adianta quisermos fazer isso, se não integrar, interligar esse Rio Tocantins com o Rio São Francisco.

Eu passo essas informações, Sr. Presidente, para que o nosso Superintendente possa levar e possa depois nos encaminhar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rômulo Gouveia) - É importante a intervenção do Deputado Gonzaga Patriota.

A próxima oradora é a Deputada Raquel Muniz, de Minas Gerais, a quem concedo a palavra.

**A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ** - Quero cumprimentar aqui o Deputado Rômulo Gouveia, nosso Relator, e Edison Ribeiro, pela sua contribuição na tarde de hoje. Registro, com muita alegria, a presença do nosso Vereador de Pirapora, que vai receber esta importante Comissão Externa que acompanha os trabalhos de transposição e revitalização do Rio São Francisco, na cidade. O Edison é companheiro dele também, já caminharam juntos nesse trabalho.

Eu gostaria de dizer que estamos, junto com esta Comissão, preparando uma agenda muito importante para a nossa região do São Francisco, que é onde, verdadeiramente, estão as nascentes, que são a razão da minha preocupação e da minha presença nesta Comissão.

Hoje os holofotes estão em outros assuntos, mas eu tenho certeza de que esta Comissão, durante esta Legislatura, vai representar um marco importante para podermos ter o bem maior, que é a água, tão necessária para as pessoas, os animais e as plantas.

Quero falar também sobre a presença feminina nesta Comissão. A minha presença aqui é a presença da mulher que reconhece nas pequenas coisas o valor efetivo da água para a nossa região. Nossa região pode educar, sim, o Brasil, porque desde pequenos — não só eu e o Vereador Dalton, mas também os nossos



familiares — convivemos com a seca e aprendemos a sobreviver com ela. Então nós podemos ensinar, sim, para o Brasil a conviver com a seca. Queremos muito essa participação. O Ministro já esteve nesta importante Comissão, o TCU, afirmando que essa obra foi sonhada por muitos, desde o Presidente Lula e o saudoso José de Alencar, nosso conterrâneo, que lutou muito por isso. Hoje é uma realidade que não se discute mais. Agora queremos que aconteça e queremos saber quem vai fazer a sua gestão.

Neste momento, em Pirapora, vocês vão ver a presença de representantes de várias cidades, Prefeitos, Vereadores, lideranças, ONGs que lutam pelo bem maior, que é a água.

Quero agradecer muito a você, Dalton, por ter vindo a Brasília participar da organização, junto com o nosso gabinete, com a Comissão, dessa importante audiência pública que nós faremos lá. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes De Matos) - Agradeço a participação da Deputada Raquel Muniz, importantíssima presença de Minas Gerais. Enalteço também a presença do Vereador Dalton, que vai ser nosso porta-voz no Município.

Concedo a palavra ao Deputado Jony Marcos.

**O SR. DEPUTADO JONY MARCOS** - Obrigado.

Sr. Presidente, quero cumprimentar todos os presentes. Eu sou Deputado pelo Estado de Sergipe, onde, na capital, fui Vereador durante 10 anos. Por isso, quero fazer um cumprimento especial a esse colega, o Vereador Dalton.

No meu primeiro mandato como Vereador fui visitar Pirapora, justamente em um encontro sobre a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Pirapora já estava inavegável naquele tempo. Havia uma ilha enorme no meio do rio, em frente à Pousada da Sissi, onde eu me hospedei. Pela manhã, uma grande neblina se levantava ali e o rio parecia chorar, já pedindo ajuda, socorro.

Em Sergipe não é diferente o que acontece com o Rio São Francisco. O meu partido, o PRB, governa uma cidade importante de Sergipe, Canindé do São Francisco. O Prefeito é um companheiro nosso, do Partido Republicano Brasileiro e tem sofrido às margens do rio porque grande parte da arrecadação da cidade de Canindé do São Francisco vinha da produção de energia da Usina Xingó, a maior





usina do Complexo CHESF e a mais nova, construída há menos tempo — é a que gera mais energia. Antes dela vem a Usina de Paulo Afonso e as demais usinas do complexo. A CHESF explora o Rio São Francisco desde a nascente até a foz.

Eu fiz um discurso recentemente, Sr. Presidente, pontuando essa exploração que a CHESF faz do Rio São Francisco. Fiz questão de pedir autorização a V.Exa. e falei com a Liderança do meu partido para me indicar como membro titular da Comissão que trata da transposição. Na verdade, não é uma Comissão, a meu ver, para defender a transposição, mas para tratar da transposição, defendendo-a ou combatendo-a. A transposição é promessa do Governo anterior, do qual sou aliado desde o tempo de Vereador, mas, infelizmente, ainda não aconteceu. E o estado do rio está cada vez mais crítico. O que acontece em Xingó, por exemplo, é que a usina produzia muita energia. Na construção da usina previa-se que teríamos lá 11 geradores, 11 turbinas gerando energia. Foram instaladas seis turbinas, com a previsão de até 2016 serem instaladas as demais. Das seis que foram instaladas no primeiro momento, apenas duas ou três funcionam. Elas funcionam de forma intermitente, às vezes funcionam duas, às vezes, três. Ultimamente não temos condição de colocar as demais turbinas para funcionar, porque o rio não tem água.

A usina foi construída no Estado de Sergipe, na cidade do Canindé de São Francisco, de forma completamente irresponsável no que diz respeito à preservação ambiental. A usina não tem escada para peixes, não há mais piracema no Estado de Sergipe. Os ribeirinhos que viviam da pesca hoje estão desempregados. O rio se tornou inavegável e, na foz do Rio São Francisco, na cidade de Brejo Grande, do lado de Sergipe, o mar invade cada dia mais o Rio São Francisco.

Nós já não temos mais a presença do rio às margens da cidade porque não há mais mata ciliar, o assoreamento é grande e o mar tomou conta. A CHESF não tem brigada de incêndio, não trabalha para conter o assoreamento, não faz o reflorestamento às margens do rio. Ela explora o rio, tira a riqueza do rio, mas não oferece nenhuma contrapartida ambiental ou social para a população que vive ali no Estado de Sergipe.

Penso, Vereador — V.Exa. é de Minas Gerais —, que em Minas não deve ser diferente. Eu tenho a CHESF hoje como a grande predadora do Rio São Francisco. Quem vai inviabilizar a transposição do Rio São Francisco é a CHESF, porque ela



vai matar o rio antes que as águas possam correr pelo novo canal da transposição. Ela explora, explora, explora, explora, explora e nós entramos no *site* da CHESF para ver quais são as contrapartidas, principalmente na área ambiental, e não encontramos nada.

Quando há incêndio às margens do rio, o fogo consome a vegetação embaixo das linhas de transmissão e a CHESF não tem uma brigada de incêndio para apagar o fogo. Ela suporta o prejuízo, mas não faz investimento.

Sr. Presidente, entendo que na administração passada a Presidente Dilma, junto com sua equipe econômica, cometeu um grande erro quando, tentando extrapolar no social, inventou a tarifa social de energia. A redução do valor da energia quebrou a CHESF, quebrou a ELETROBRAS e 318 Municípios do Brasil que dependiam da produção e da venda da energia para manter a sua arrecadação.

Canindé, por exemplo, arrecadava 15 milhões de reais. Os prefeitos que passaram por lá acharam que esse dinheiro não ia acabar nunca. Elevaram a folha dos servidores efetivos de tal forma que hoje a arrecadação caiu para 8 milhões e meio e a cidade se tornou inviável, o Prefeito não tem como cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal e se vê obrigado a mandar servidores efetivos embora, conforme manda a lei.

Só que são servidores aprovados no último concurso, que tiveram as gratificações incorporadas ao seu salário, e o Prefeito que se atrever a mandar embora o servidor será assassinado em praça pública. A cidade ficou inviável.

Foi uma medida errada. O valor da energia diminuiu e depois aumentou mais ainda. E a cidade hoje enfrenta essa crise. A produção de energia diminuiu por conta da vazão, hoje menor, e ainda houve essa redução das tarifas de energia. Essa é a realidade dos Municípios banhados pelo Rio São Francisco.

E nós estamos aqui para discutir uma transposição, Sr. Presidente, que, quando nós encerrarmos esta Comissão Externa, talvez não seja mais viável, porque o rio não tem água e não está sendo feito nada.

Se alguém me perguntar — vou encerrar — quem seria o maior responsável pela recuperação e revitalização do rio, eu diria que, no meu ponto de vista, é quem mais explora o rio: a CHESF.



A CHESF explora o rio desde a nascente até desaguar no mar. Durante todo esse percurso a CHESF vai matando o rio. De quilômetro a quilômetro ela está matando o rio da integração nacional. Eu gostaria de pontuar isso na minha primeira fala.

Quero dizer a V.Exa., Sr. Presidente, que serei um Deputado ativo nesta Comissão. Não estou contra a transposição, estou a favor da sobrevivência do Rio São Francisco.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Importantíssimas as considerações do Deputado Jony Marcos.

Informo aos colegas que há requerimento aprovado nesta Comissão para que aqui compareça representante da CHESF. Poucos conhecem esse descompasso em relação à questão energética. É claro que sabemos da necessidade de se ter esse potencial energético, mas hoje existem, principalmente no Nordeste, várias alternativas para fazermos o fornecimento de energia: energia eólica, energia solar, biomassa, entre outras.

É uma decisão de governo, uma decisão política. E esta é uma Casa política. Nesta Comissão ninguém vai tratar os assuntos políticos partidariamente, nós vamos tratá-los com a magnitude necessária. E as questões energéticas envolvendo a CHESF são de suma importância. V.Exa. certamente dará efetiva contribuição a esta Comissão porque sofre na pele o dia a dia do povo de Sergipe.

Quero registrar a presença — já parabenizando o grande Deputado Rômulo Gouveia, ex-Vice-Governador da Paraíba — do Prefeito de Serraria, Brizola; do Secretário de Planejamento, Oton Dantas; do Secretário de Administração e Finanças, Petrônio de Freitas.

Que eles, quando retornarem à Paraíba, deixem um pouquinho de dinheiro para o Ceará. A presença do Secretário de Finanças, do Secretário de Planejamento e do Prefeito, mais o Deputado Rômulo, aqui em Brasília indica que vieram buscar boas coisas no Distrito Federal. (*Riso.*)

Antes de passar a palavra ao Sr. Edison Ribeiro, excepcionalmente, com a concordância dos Parlamentares, seria interessante conceder a palavra ao Vereador Dalton, que vai ser nosso anfitrião em Pirapora.



**O SR. DALTON SOARES DE FIGUEIREDO** - Obrigado, Deputado Raimundo, Presidente desta Comissão. Agradeço de coração, em nome do povo de Pirapora, do povo barranqueiro, por esta oportunidade.

Quero cumprimentar o Deputado Rômulo Gouveia, Relator, e o nosso amigo Edison Ribeiro, companheiro e fundador do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Recordo aqui, Edison, quando nós estivemos em Penedo pela primeira vez, no lançamento, pelo Vice-Presidente da República, do projeto de transposição do Rio São Francisco.

Quero cumprimentar a nossa amiga Deputada Raquel Muniz, os Deputados desta Comissão e dizer, Deputado Raimundo, que Pirapora não receberá esta Comissão de braços abertos, não, eles vão recebê-la de coração aberto, com uma felicidade muito grande. Tenha certeza do apoio da Câmara Municipal e do nosso Prefeito, Heliomar Silveira.

Realmente, quando das discussões da transposição, nós dizíamos que se andássemos 20 quilômetros na beira do rio já encontraríamos pessoas passando sede. E hoje, se não fosse uma intervenção da Prefeitura, em Pirapora as pessoas não teriam água para beber, não haveria água sequer para os serviços de saúde, etc.

Corroborando as palavras do Deputado Jony Marcos, quero dizer que ele tem inteira razão. O Sistema Nacional de Energia Elétrica, infelizmente, priorizou o uso das barragens de Três Marias, Paulo Afonso e Sobradinho para a questão energética. Paga-se muito pouco a essa região, um *royalty* pequeno, de R\$ 0,005 ou algo assim para os Municípios geradores, mas se esquece da bacia.

O uso da energia elétrica é priorizado em detrimento de multiusos, até do abastecimento humano, que, por lei, deveria ser prioritário.

Aí vem a navegação, que outrora, em Pirapora e Juazeiro, com seus vapores, fez um elo de transporte comercial muito grande. Acabou-se isso tudo. Depois vem a agricultura e o fim da pesca no rio.

Eu estava me lembrando, Edison, do nosso amigo Toinho. Não sei se o nobre Deputado Jony Marcos conheceu o Toinho, alagoano, que lutou tanto. E agora eu fico feliz — confesso que me desanimei muito nas lutas do Comitê da Bacia do São



Francisco — por voltar a esta Comissão e ver a Deputada e tantos Deputados engajados nessa luta.

É um absurdo Três Marias, que foi concebida para regularizar a vazão do Rio São Francisco, ter hoje como prioridade a geração de energia. E o ONS — Operador Nacional do Sistema Elétrico — não estava nem aí, ia baixar a vazão sem perguntar aos Municípios à jusante se teriam água para beber ou não. Foi graças a uma intervenção do Município de Pirapora, que entrou na Justiça contra o ONS, contra a CEMIG, que houve um tempo de 60 dias para nós construirmos uma estação de captação, através de bombas, que custou quase 1 milhão de reais, em torno de 700, 800 mil reais. Era um absurdo imaginar que Pirapora não iria ter água para beber, para o serviço de saúde e para suas indústrias.

Então, eu fico muito feliz de estar aqui. Trago o abraço do povo de Pirapora, Deputado.

Quero parabenizar a Deputada Raquel Muniz. Nós estamos lá, não de braços abertos, mas de coração aberto para debater o tema e mostrar quão grave está essa questão da produção de água do Rio São Francisco.

Eu acho que a grande verdade da questão do Rio São Francisco é que a transposição é necessária, precisamos levar água para os mais necessitados, mas precisamos, antes, produzir água em Minas Gerais, produzir água na Bahia para que ela possa chegar aos canais. Precisamos revitalizar as nossas veredas, os tributários, afluentes — o Edison falou no Urucuia, mas temos o Paracatu, o das Velhas, o Jequitaí, de cujo comitê eu fiz parte — que passam por ali. Essa revitalização tem que ser feita a partir das veredas e, depois, dos tributários, afluentes.

Agradeço muito, Deputado, a chance de falar nesta Comissão em nome do povo de Pirapora e, sendo um pouco ousado, em nome do povo de Minas Gerais, porque hoje faltou uma representante do Governo de Minas Gerais que tinha que estar aqui, mas Deus é maior e me colocou aqui para falar em nome de Minas Gerais.

Edison, um grande abraço. Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Agradeço a participação ao Vereador Dalton. A sua presença fortalece esta Comissão e



fortalece o pacto federativo. É importante nós termos o Poder Legislativo, também o Municipal, presente. O não comparecimento da Secretária de Minas Gerais foi em virtude do atraso no voo que a traria a Brasília. Ela me ligou do aeroporto informando que seria impossível chegar aqui a tempo. Mas vai ser agendada uma nova data para que a Secretária de Minas Gerais esteja aqui conosco.

Passo a palavra ao estimado Edison Ribeiro para as suas considerações.

**O SR. EDISON RIBEIRO** - Neste segundo momento da nossa discussão, eu faço já algumas saudações. Primeiro, meu amigo e companheiro Dalton, é recíproca não só a nossa saudação, mas também a nossa caminhada. Sei quanto você se angustiava, os usuários em geral se angustiavam de ouvir: “*É transposição*”; “*É revitalização*”; “*Nós vamos recuperar o rio*”; “*Nós não vamos recuperar o rio*”; “*Qual é o custo de tudo isso?*”, “*Quem vai pagar esse custo?*”. Houve uma degradação, ao longo dos 500 anos, mesmo com nossas gaiolas, nosso vapor. Menino, eu as vi atracar no Porto da Ilha! Até 24 anos de idade, eu vivi, convivi, trabalhei numa margem do rio, numa ilha e via as gaiolas passarem.

Infelizmente, nós também não tivemos a preocupação com a gestão. É por isso que eu falei da crise de gestão, porque ela também é ambiental, é de consciência ambiental, é de consciência cidadã. E nós víamos os lenheiros cortarem madeira na mata ciliar. Não havia fiscalização, não havia uma consciência, não havia uma orientação. O rio foi ficando mais largo, foi perdendo suas matas ciliares. A madeira foi ficando distante, os vapores apareceram. Tive oportunidade, lá em Pirapora, de fazer aquele passeio belíssimo no nosso Benjamim Guimarães. Naquele mesmo porto, naquele mesmo estaleiro de Pirapora, a Prefeitura de Ibotirama adquiriu a carcaça, só o cavername do São Salvador, que foi o primeiro vapor a *diesel*.

Poderia haver outros vapores a *diesel*, já que a lenha ou a madeira não seriam mais recomendáveis para alimentar as suas caldeiras, independentemente do crime que acometeu por não observância da lei, mas esse foi o grande meio de transporte, a grande ligação do Nordeste com o Sudeste. Ele saía de Juazeiro até Pirapora, pela linha férrea, até Belo Horizonte. Quem tinha vocação para ir a São Paulo chegava a São Paulo, com todo o respeito aos nossos mineiros, porque dizem que alguns deles são baianos cansados. O caminho era para ir a São Paulo, mas



pararam em Minas — terra maravilhosa. Foram felizes os nordestinos que pararam em Minas Gerais e não foram até São Paulo. Parabéns para os paulistas também, para os nordestinos que fazem história também naquele Estado, naquela Região.

Dito isso, ao mesmo tempo, saúdo o nosso Deputado, ex-Vereador. A alegria nossa é esta: peregrinar o São Francisco. Em 1992, um bispo nosso, hoje Bispo Dom Luiz, Frei Flávio Cappio — para nós, Frei Luiz —, fez a peregrinação do São Francisco, em 1992 e 1993, um ano de caminhada. E ele já alertava, lá em 1992, para o nível de degradação que o rio já se encontrava. Havia grandes projetos que talvez não levassem em consideração os seus impactos sociais, ambientais, econômicos.

Daí para cá, a grande relevância, o grande acontecimento que talvez naquele momento lá não percebíamos essa grandeza foi a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. E faz bem lembrar nesta Casa a colaboração direta do Instituto Manoel Novaes, que foi contratado, coordenado pelo nosso saudoso José Theodomiro.

Estivemos nesta Casa também, lutando para tomar posse, como falei inicialmente. E José Carlos Carvalho, Secretário mineiro, grande trabalho também relevante prestou à Bacia, ao Estado de Minas Gerais — e continua certamente a prestar — e ao País, porque foi também Ministro. Então, aquele era o contexto em que nós estávamos.

Pontuo aqui algumas questões. O nosso Deputado coirmão, pernambucano, Deputado Gonzaga Patriota — e agora parece que se faz presente no plenário — citou o Projeto Tocantins. Quando se iniciaram os estudos da transposição, também se estudou a viabilidade de fazer a ligação a partir do Tocantins. Os estudos naquela época mostravam que o nível de elevação a tornava muito mais cara e um tanto quanto inviável. Acho que hoje isso ainda continua presente no debate, sim, não só pelo projeto original, mas também pelo estudo do aquífero.

E, assim, nós vamos debater. É fundamental esta Comissão pautar o pacto federativo das águas. Qual é a contribuição do Sistema Aquífero Urucuia para o São Francisco e para o Tocantins? O Urucuia é o que nós temos de água que estabiliza a vazão do Tocantins e a vazão do São Francisco, como eu citei para os senhores e as senhoras aqui. No período em que o São Francisco está com baixa vazão, que



chega à sua média de 450 metros cúbicos a 600 metros cúbicos por segundo, o Aquífero do Urucuia contribui com aproximadamente 85% da vazão do São Francisco na Bahia. É o que alimenta, no mesmo período, o reservatório de Sobradinho e que possibilita a vazão regularizada de 1.850 metros cúbicos por segundo na Barragem de Sobradinho.

Isso precisa ser revisto agora, é necessário fazer o estudo específico. Os nossos colegas da CHESF não estão aqui, mas virão e trarão contribuição, sim. Eu considero e respeito não só a crítica, mas também a discussão mesmo de trazer o modelo, de discutir o modelo da matriz energética no Brasil. Se o modelo da hidroeletricidade está ultrapassado — e tudo nos indica que está —, se era o mais eficiente, o mais barato, o mais viável, hoje pode não ser, porque os índices estão mostrando, então nós temos que pensar a matriz.

Nesse contexto, eu concordo com V.Exa. Precisamos rediscutir isso. Nós não vamos tirar a Barragem de Sobradinho, mas precisamos talvez repensar o uso dela. São 1.850 metros cúbicos de vazão regularizada, aprovada pelo próprio Comitê, para chegar lá, ao seu território, que eu conheço muito bem, Piaçabuçu, que hoje é o último Município, não é mais Penedo, em que entravam as barcaças. Hoje, só a Cunha Salina é que avança sobre o São Francisco, porque o São Francisco não tem mais força, não tem mais volume para empurrar a embarcação mar adentro. Esse foi o curso natural. Hoje nós não o temos mais, é verdade, está-se perdendo volume. Perde-se volume, perde-se pressão, perde-se vazão, porque a vazão é regularizada. E hoje nós estamos com a vazão de 1.100 metros cúbicos por demanda da ONS, para atender o Sistema Nacional de Energia.

E por que não utilizar a energia solar, se nós temos sol o ano inteiro? São 4 meses no ano em que chove, mas chove de manhã e faz sol à tarde, ou chove à noite e faz sol de dia. Então, dentro desses 4 meses, nós temos uns 25% a 30% de sol. Por que não utilizar a energia eólica, que também vem avançando? Ainda temos problemas, inclusive nas linhas de transmissão, que é através das nossas geradoras, em Minas Gerais, a CEMIG, ou mais no caso de estar concentrado no Nordeste, a nossa CHESF.

E aqui, na ausência do Sr. Deputado, eu faço um registro, não é defesa. Não me cabe agora lhe dar resposta, porque concordo plenamente com S.Exa. Como já





citei, nós temos que discutir a matriz. Hoje, por exemplo, em toda a região do São Francisco, nós temos grandes parques eólicos. É uma alternativa que está aí. E há outras. Se nós produzimos cana no Nordeste, por que não aproveitar o material para fazer energia? Os nossos aterros sanitários, atendendo a uma política nacional de resíduos sólidos, podem também ser alternativa.

Então, nós temos que utilizar todos os potenciais, todas as opções, mas para isso temos que discutir o modelo, senão nós vamos entender que Furnas é mais importante, Sobradinho é mais importante, Xingó é mais importante, e não vão ser, vão deixar de ser, até porque a vida útil dos seus reservatórios também tem fim, tem limite. O custo vai aumentar, porque tem que dragar constantemente. Sobradinho já tem um nível de assoreamento dentro do reservatório, e é preciso dragar, e não é só a calha do rio, os braços e os canais secundários, mas o reservatório, que está entre o segundo ou terceiro maior do mundo. Imaginem o custo também que vai elevar para a geração de energia, porque ali também vai comprometer, vai diminuir a capacidade de geração.

Citando esse sistema, quero chamar a atenção mais uma vez para o Plano da Bacia do Rio São Francisco, que agora está sendo revisado. É importante, aqui, no cumprimento desta Comissão, trazer o Comitê, trazer o olhar do Comitê, que é o olhar de toda a sociedade. Estão lá todos os usuários; está lá o poder público, de todas as três esferas; está a sociedade civil, que quer o rio recuperado. Qual é a importância do rio para uma comunidade tradicional, quilombola, indígena? É o rio. O que tem mais importância do que o rio? Então, o que eles querem é o rio, o rio vivo, com vida, que permita a navegação, que possibilite a pesca. Quem é que não quer o rio com essa natureza, com essa vida? É lógico que todo mundo quer.

Aí vêm as intervenções. O Plano, não só no diagnóstico — e não se se vai investir tanto no diagnóstico, porque já há muitos estudos —, mas também no seu prognóstico, nos seus cenários, está identificando, daqui a 20 ou 30 anos, quais são os cenários viáveis para continuarmos falando do São Francisco. Nós, que somos jovens ainda, temos que dar esta contribuição por dentro do Comitê.

Então, Sr. Deputado que coordenada esta Comissão, pauto aqui, neste momento, a importância de acompanhar o processo. Pirapora vai dar sua contribuição. Haverá audiência, consulta pública — acho que já houve a rodada das



consultas —, como vai haver agora também as oficinas setoriais. Então, trago aqui a importância desse diálogo, desse debate, com a Bacia, através do seu Comitê.

Já finalizando, quero dizer que, além do pacto federativo — do qual é fundamental nós tratarmos —, quero, por exemplo, fazer uma perguntinha bem primária: até que ponto a nossa querida Minas Gerais está debatendo no seu plano estadual de recursos hídricos a vazão de entrega no São Francisco? Aproximadamente 74% das águas do São Francisco são geradas no território mineiro. A Bahia tem aproximadamente de 24% a 25% da geração. O nosso Pernambuco, o nosso Sergipe e a nossa Alagoas geram praticamente zero de produção de água.

Mas existem as demandas. A Bahia, enquanto tem 24%, 25% de geração de água — que é a nossa caixa d'água aqui do oeste, do cerrado baiano, dividido com os territórios do Distrito Federal e de Goiás —, tem demanda de 70%. Falo não só da irrigação em nível nacional, mas também da irrigação baiana, que demanda 70% das águas baianas e das águas do São Francisco. Os números não são muito diferentes: varia de 65% a 70% a irrigação como um todo. Mas não vamos também botar culpa na irrigação, porque quem de nós não tem uma fruta bela em casa para consumir? Quem de nós não come um bife, mesmo aqueles que já estão fazendo uma reeducação alimentar, com menos carne? Quantos mil litros de água são necessários para se produzir 1 quilo de carne?

Um dia desses estávamos num debate lá em Salvador, e o pessoal disse: *“Ah, mas nós temos que condenar a irrigação”*. Não se pode fazer debate condenando um setor. Temos que trazer — e esta Comissão tem esta finalidade — o debate, como o nobre Deputado também colocou: não o debate sobre ser contra ou a favor da transposição, porque ser contra ou a favor da transposição não constrói nada. O debate é sobre a importância, o objetivo e a sustentabilidade do projeto, que é a viabilidade de todo e qualquer projeto de desenvolvimento.

O nobre Deputado também citou isso. Eu não falo de inverdade ou verdade, mas o Ministério da Integração, por um bom tempo, manteve o discurso — com todo respeito ao nosso parceiro estratégico — no sentido mesmo da filosofia de que a transposição era para abastecimento humano e dessedentação de animais. Isso durou algum tempo, alguns anos, mas nas suas audiências públicas já não houve



mais esse discurso, porque não é isso. A transposição é para garantir o desenvolvimento do Nordeste setentrional. Esse é o objetivo da transposição. Aí alguém diz: *“Como é a garantia, se a disponibilidade de água está em risco?”*

O povo do Ceará e do Rio Grande do Norte tem água, mas não tem segurança hídrica para projetar um desenvolvimento para daqui a 20, 30 anos, na velocidade que o povo cearense e o povo rio-grandense-do-norte têm agora, como também a Bahia tem, como Minas Gerais tem. Aí dizem: *“Tudo bem, vocês querem água lá, mas eu vou fechar aqui a torneira mineira, porque é competência do Estado fazer a gestão de suas águas”*. E Minas Gerais é que vai dizer: *“Olha, eu vou entregar tantos por cento na calha do São Francisco”*.

Então, como Minas Gerais não pode deliberar por si só o interesse da União, daí a importância de o pacto federativo chamar os Estados, chamar a sociedade e dizer: *“Para o São Francisco continuar vivendo, ele precisa receber um volume ‘x’*”. Então, Minas Gerais vai pactuar que vai fazer barragem, que vai outorgar mais. Minas Gerais outorgou quase tudo, nobre Dalton.

Na verdade, vamos ter que discutir essas questões com a Bahia. E a Bahia ainda tem mais demandas: a região oeste do Estado quer aumentar sua expansão agrícola. É legal, não tem problema nenhum. Mas nós temos também que pactuar com a União quantos por cento a Bahia vai entregar do Rio Grande, do Corrente, do Paramirim, do Santo Onofre e do Salitre, que não tem quase mais vazão, já fez cheia, montante, quando fazia, e assim por diante.

Então, eu quero também chamar atenção para essa questão do pacto federativo. E isso é tarefa, sim, dos Estados, da União como um todo. E digo mais, conforme o senhor já colocou, já manifestou: esta Comissão também tem que pautar com os Estados, com a ANA e com o Comitê do São Francisco uma reunião, para construirmos o pacto federativo das águas.

Nós entendemos que existem, hoje, no Tocantins, períodos determinados: duas águas, duas tomadas, uma mesma água. Os estudos que a ANA está concluindo agora revelam que, se for perfurado um poço a mil metros da margem esquerda do Rio Grande — mil metros de distância da margem, poço de alta vazão —, vai ser captada água do aquífero, e não da calha. Portanto, eu, órgão gestor de



recursos hídricos, suspenderia novas outorgas da calha e outorgaria poços, porque o aquífero é estático.

Então, durante 6 meses, eu deixo de captar na calha; automaticamente, nós vamos ter uma vazão de entrega maior. Aí vamos ter que pactuar com a ANA, não temos outro jeito, e vamos ter que discutir o canal do sertão baiano. Como o senhor falou, nós estamos à montante. Mesmo sendo do Salitre, está dentro do Lago de Sobradinho. Portanto, a conta é esta mesma: 1.850 metros cúbicos é a jusante da barragem; 1.300 metros cúbicos é a vazão ecológica lá no Baixo, que está, hoje, em 1.100 metros cúbicos. Então, nós temos 550 metros cúbicos para a transposição, para todos os outros múltiplos usos do Submédio, o que não é muita coisa. É muito pouca coisa na realidade. Então, é preocupante, sim.

Do ponto de vista de vazão disponível, a ANA, com os técnicos que tem — não estamos falando aqui de um órgão irresponsável, muito menos o são os seus técnicos —, não seria maluca de dar uma outorga sem que haja segurança. Então, existe a segurança, tanto a preventiva quanto a definitiva, no desenvolvimento do projeto, mas a questão é preocupante no sentido da gestão. O Complexo de Paulo Afonso, de Itaparica, também tem que ter as suas vazões suficientes para gerar energia.

O senhor falou também do Baixo, que já foi uma área de mais de 200 mil hectares, foi reduzida para 100 mil hectares — eram aproximadamente 96 mil hectares — e hoje tem 54 mil hectares. Lá não foi implantada nenhuma etapa. O Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos — INEMA, nosso órgão ambiental, autorizou a supressão no dia 1º, que já foi publicada no *Diário Oficial* do Estado. Oficialmente, já foram leiloados mais de 19,8 mil hectares, aproximadamente 20 mil hectares — não são 20 mil hectares, porque é um ato oficial. No dia 16, se não mudar de agenda, o Ministro da Integração, outras autoridades e os representantes do Governo do Estado farão o ato de lançamento de implantação da primeira etapa do Baixo de Irecê.

Sobre o Salitre, há estudos — e nós vamos encaminhá-los a esta Casa. Repito: os estudos indicam maior viabilidade, porque existe uma vazão disponível, mesmo no Baixo. A demanda do Baixo é de 64 metros cúbicos por segundo. O projeto atual, com a redução que sofreu, só demandará no máximo 50 metros



cúbicos por segundo. Portanto, restam 14 metros cúbicos por segundo, para os quais inclusive está sendo estudado o projeto de um parque aquícola, para implantação de peixes, já que não há peixe no rio. Isso seria feito através do canal, que é de aproximadamente 80 quilômetros.

Portanto, é nesse contexto que nós estamos. Eu acho que, no geral, nós dialogamos. Peço desculpas pelo improvisado, por estarmos falando, debatendo e dialogando. Gostaríamos de estar com um conteúdo um pouco mais sistematizado. Mas compete a nós, como gestores públicos, que vivemos e militamos no rio, não só conhecer, mas também estar disponível para dialogar com toda a sociedade brasileira.

Nós estamos falando de um patrimônio brasileiro, que é o nosso Velho Chico, o rio da integração nacional, o nosso Opará, como os nossos índios assim o batizaram, o rio dos currais, pela grande presença da pecuária, e simplesmente o nosso Rio São Francisco.

É com esse espírito que nós encerramos a nossa contribuição. Em nome do Governo da Bahia, do Governador Rui Costa e do Secretário Eugênio Spengler, nós nos colocamos à disposição para o debate.

Levem o abraço baiano a todos os mineiros e, de modo especial, a Pirapora, que era o nosso porto. Lá nós fizemos uma bela reunião. Sintam-se abraçados por todos os baianos, pelo Governo da Bahia e por este beiradeiro. É com prazer que nós vimos aqui, para colaborar e contribuir com a Comissão.

Deixo um abraço para a amiga e colega Dalcira e para Alessandra, do Ministério do Meio Ambiente, aqui presentes e que prestam grande contribuição na questão de toda a bacia e em todo o processo do Comitê. É assim que nos despedimos neste momento, colocando-nos à disposição para futuras discussões.

Permitam-me só um segundo: o Canal do Sertão Baiano não será um projeto de irrigação, mas terá pequenas irrigações também. Identificadas áreas agricultáveis localizadas e os excedentes de água, desenvolver-se-ão pequenos núcleos de produção, principalmente para suporte forrageiro.

Não houve perdas humanas com essa grande estiagem por que ainda estamos passando. Não saímos dela, cujo ciclo é para virar o ano de 2016. Embora não houvesse perdas humanas no Sertão nordestino e baiano, houve grande perda



da nossa produção animal. E, quando se perde a matriz produtiva, não se gasta só 1 ano para recuperá-la, mas 2 ou 3 anos. Quando se perde a base de suporte forrageiro, não basta plantar no ano seguinte para recuperá-la, é preciso esperar 2 ou 3 anos, se houver boa chuva.

Então, a finalidade do projeto é o abastecimento humano e a dessedentação de animais, entrocando os pequenos, médios e grandes reservatórios.

Sobre sistema de adução, nós temos que aprender com o Ceará, que nos ensina muito. Então, vamos aprender com quem tem mais experiência — qual é o problema? — e corrigir com base naqueles que erraram mais, para não repetirmos os mesmos erros. Portanto, se o Ceará tem o melhor sistema de adução, vamos aprender com o Ceará; se o Ceará tem a melhor gestão de açudes, tem as comissões de água, vamos aprender com o Ceará.

A Bahia é um território muito grande. Nós tínhamos poucas adutoras, hoje já temos meia dúzia. O Canal do Sertão Baiano é para entroncar essas adutoras. E nos locais onde houver capacidade agricultável, vamos recuperar o estoque para o nosso rebanho, principalmente com o objetivo de suporte forrageiro. Essa é a finalidade do nosso projeto, que também está na pauta do Plano Nacional de Segurança Hídrica.

Boa tarde a todos e a todas e, de um modo especial, ao nosso Coordenador. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Nós queremos dizer da grande contribuição que nos trouxe este debate com o Dr. Edison Ribeiro. Com certeza as suas palavras irão fazer parte do relatório que o Deputado Rômulo Gouveia vai providenciar com a nossa assessoria.

Registro que os esclarecimentos são importantes para esta Comissão, assim como a presença aqui de prefeitos e vereadores fortalece o pacto federativo.

Eu creio que, nas próximas semanas, após ouvirmos todos os secretários dos Estados, nós teremos uma visão real da situação. Também ouviremos a CHESF e temos a ideia de ouvir o Comitê, que conta com a participação de entidades não governamentais e da sociedade civil organizada.



Antes de encerrar esta audiência pública, quero agradecer a todos os presentes, aos convidados, aos assessores e ao nosso debatedor, Dr. Edison Ribeiro, justificando a ausência da representante de Minas Gerais.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando reunião ordinária para o dia 14 de abril, terça-feira, às 14h30min, em plenário a ser definido, com a seguinte pauta: audiência pública com a presença do Sr. José Mairton de França, Secretário do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Norte; do Sr. João Azevêdo Lins Filho, Secretário dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia do Estado da Paraíba; e do Sr. Francisco José Coelho Teixeira, Secretário dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará.

Agradecendo mais uma vez a todos os presentes, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.